

**Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público na Modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para preenchimento de 15 Postos de Trabalho Correspondente à Carreira e Categoria de Assistente Operacional – Escolas do Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário**

**Ata da reunião do júri para definição dos parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção**

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade do Sabugal e no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o júri designado por despacho de dezanove de janeiro de dois mil e vinte e quatro, do Presidente da Câmara, constituído pelo Chefe da Divisão de Administrativa e Recursos Humanos, Jaime Lino Neto Pereira Pinto, na qualidade de Presidente do júri, pela Dirigente Intermédio de 3º Grau do Serviço de Educação e Ação Social, Ester Rodrigues Martins Saldanha, na qualidade de 1.º vogal efetivo, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e pela Técnica Superior de Relações Internacionais Ramo Económicas e Políticas, Susana Catarina Martins Rodrigues, na qualidade de 2.º vogal efetivo, tendo aprovado por unanimidade os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar no presente procedimento concursal.

- 1. Para a generalidade dos candidatos, o júri do procedimento deliberou, por unanimidade, quanto aos métodos de seleção a utilizar no recrutamento e ao sistema de classificação final, estabelecer os seguintes:**

- . Prova Teórica de Conhecimentos;
- . Prova de Dinâmica de Grupos;
- . Formação na Área (certificada)
- . Avaliação Psicológica

**1.1 Prova teórica de conhecimentos (PTC)** será realizada por entidade externa ao júri, tem a ponderação de 50% da nota final, a prova será classificada de 0 a 20 valores, com a valoração até às centésimas, consiste numa prova teórica de conhecimentos, de realização individual, terá a duração máxima de 1 hora e 30 minutos, acrescida de 30 minutos de tolerância, com possibilidade de consulta da legislação, desde que não esteja anotada, e não sendo permitida a utilização de meio eletrónico. A prova incidirá sobre os seguintes diplomas legais:

- a) Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do



# SABUGAL

MUNICÍPIO

Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico – nas seguintes partes:

- Capítulo III Secção I – Município – Artigo 23.º (Atribuições);
- Capítulo III Secção II – Assembleia Municipal – Artigos 25.º e 26.º (Competências);
- Capítulo III Secção III – Câmara Municipal – Artigos 33.º, 34.º, 35.º, 38.º e 39.º (Competências).

b) Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – nas seguintes partes:

- Capítulo I Secção I – Direitos, deveres e garantias do trabalhador e do empregador público – Do artigo 70.º ao artigo 76.º;
- Capítulo V Secção II – Férias – Do artigo 126.º ao artigo 132.º;
- Capítulo V Secção III – Faltas – Do artigo 133.º ao artigo 143.º

**1.2 Prova prática de Dinâmica de Grupos (PPDG)** será realizada por entidade externa ao júri, tem a ponderação de 25% da nota final, os candidatos serão submetidos a uma prova pratica onde lhes será pedido que realizem um exercício grupal, no qual é descrita uma situação crítica em contexto de trabalho, em função da qual, devem formular as uma resolução por forma a conseguir resolver da melhor forma a problemática proposta.

Descrição Qualitativa	Nota Quantitativa a Atribuir	Resultado Obtido
Elevado	20	17 a 20
Bom	16	13 a 16
Suficiente	12	9 a 12
Reduzido	8	5 a 8
Insuficiente	4	0 a 4

**1.3 Formação Específica na Área** tem a ponderação de 25% da nota final, será dada aos candidatos 20 valores a quem apresente certificado de formação na área da Educação/Auxiliar de Ação Educativa, e 10 valores a quem não apresente certificado.

Maria  
27.  
[Handwritten signature]

**1.4 Avaliação psicológica** (AP) será realizada por entidade externa ao júri e visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. A avaliação psicológica será realizada através de uma abordagem multimétodo, podendo comportar uma ou mais fases. Por cada candidato submetido a avaliação psicológica é elaborada uma ficha individual, contendo a indicação das aptidões e ou competências avaliadas, nível atingido em cada uma delas e a fundamentação do resultado final obtido será classificado como "Apto" ou "não Apto", sendo excluídos do procedimento os candidatos com classificação de "não Apto". A ficha deve garantir a privacidade da avaliação psicológica perante terceiros.

A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da classificação final expressa numa escala de 0 a 20 valores e efetuada através da seguinte fórmula, nos termos do n.º 1, do artigo 23.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro:

$$CF = (50\% PTC + 25\% PPDG + 25\% FCA) / 3$$

Em que:

CF = Classificação Final

PTC = Prova Teórica de Conhecimentos

PPDG = Prova Prática de Dinâmica de Grupos

FCA = Formação Certificada na Área

**2. Métodos a aplicar ao universo dos candidatos previstos no n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho** (Candidatos que estejam a cumprir ou a executar atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho em causa ou candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade):

. Avaliação curricular (AC)

. Entrevista de avaliação de competências (EAC);

**2.1 Avaliação curricular:** tem uma ponderação de 60% na valoração final, visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.



# SABUGAL

MUNICÍPIO

Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para os postos de trabalho a ocupar e que são os seguintes: Habilitações Literárias, formação profissional, experiência profissional e avaliação do desempenho.

A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples, ou ponderada das classificações dos elementos a avaliar, seguindo o seguinte critério:

$$AC = (HL + FP + EP + AD)/4$$

Sendo

**a) HL = Habilitações Literárias**

Neste parâmetro será ponderada a habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida.

Habilitação Literária de grau exigido: 18 valores

Habilitação Literária superior ao grau exigido: 20 valores

**b) FP = Formação Profissional,**

Neste parâmetro serão considerados os cursos de formação e aperfeiçoamento profissional na área de atividade específica para que é aberto o presente procedimento concursal, que se encontrem devidamente comprovados.

**Sem ações de formação – 10 valores;**

**De 7 a 14 horas de formação – 11 valores**

**De 15 a 35 horas de formação – 12 valores**

Contadas as primeiras 35 horas de formação, por cada conjunto de mais 35 horas além do primeiro: 0,5 valores até ao limite máximo de 20 valores.

Cada dia de formação corresponde a 7 horas exceto se existir valor diferente no certificado.

**c) EP = Experiência Profissional**

Neste parâmetro só será contabilizado como tempo de experiência profissional o correspondente ao desenvolvimento de funções inerentes à categoria a contratar, que se encontre devidamente comprovado.

**Até 3 anos de experiência profissional: 10 valores**

*Guime*  
*27.*  
*[Signature]*

Contados os primeiros 3 anos de experiência, por cada ano completo a mais 0,5 valores até ao limite máximo de 20 valores

**d) AD = Avaliação do Desempenho**

Neste parâmetro será considerada a avaliação relativa ao último período, não superior a três anos, em que o candidato executou atribuição, competência ou atividades idênticas às dos postos de trabalho a ocupar

**Desempenho Inadequado** – 8 valores

**Desempenho Adequado** – 12 valores

**Desempenho Relevante** – 16 valores

**Desempenho Excelente** – 20 valores

**Sem avaliação** – 10 valores;

**2.2 Entrevista de avaliação de competências:** tem uma ponderação de 40% da nota final sendo realizada por entidade externa ao júri, visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

Descrição Qualitativa	Nota Quantitativa a Atribuir	Resultado Obtido
Elevado	20	17 a 20
Bom	16	13 a 16
Suficiente	12	9 a 12
Reduzido	8	5 a 8
Insuficiente	4	0 a 4

A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos métodos de seleção que será expressa na escala de 0 a 20 valores e efetuada através da seguinte fórmula, nos termos do n.º 1, do artigo 23.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro

$$CF = 0,60 AC + 0,40 EAC$$



**SABUGAL**  
MUNICÍPIO

Em que:

**CF** = Classificação Final

**AC** = Avaliação Curricular

**EAC** = Entrevista de Avaliação de Competências.

Conforme o artigo 19.º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que compoem, é eliminatório pela ordem enunciada na lei, quanto aos obrigatórios, e pela ordem constante na publicitação, quanto aos facultativos. Assim, é excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes.

Deliberou ainda o júri que, em caso de empate, após a aplicação dos critérios de desempate legalmente previstos, prefere o candidato que obteve maior valoração.

E nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros do júri.

O Presidente do Júri: Jaime Lino Neto Pereira Pinto  
(Jaime Lino Neto Pereira Pinto)

O 1.º Vogal: Ester Rodrigues Martins Saldanha  
(Ester Rodrigues Martins Saldanha)

O 2.º Vogal: Susana Catarina Martins Rodrigues  
(Susana Catarina Martins Rodrigues)